



RELATÓRIO TRIMESTRAL

Março/2016



CENÁRIO INTERNACIONAL

• Estados Unidos

O primeiro trimestre do ano nos Estados Unidos foi marcado por uma postura mais cautelosa e prudente do Fed (espécie de Banco Central americano).

Desde janeiro, quando houve o colapso das bolsas de valores chinesas e a primeira reunião do *Fomc* (Comitê Federal de Mercado Aberto, sigla em inglês), a atenção das autoridades monetárias estadunidenses para com as influências externas ganhou importância nas suas tomadas de decisões. De acordo com a última ata da instituição, “a atividade econômica [americana] vem crescendo em um ritmo moderado apesar do desenvolvimento econômico e financeiro globais dos últimos meses”.

A recuperação das variáveis essenciais da economia americana (nível da inflação, taxa de desemprego e nível do produto) por si só não foi suficiente para melhorar as expectativas do FED acerca do futuro, que preferiu por mais uma vez não elevar as suas taxas de juros. A melhora do mercado de trabalho, previsto para encerrar o ano com uma taxa de desemprego de 4,7%, foi contrabalanceada pela aceleração abaixo do esperado da inflação (atualmente em 0,9%). Influenciado basicamente pelos gastos das famílias e consumo, o PIB dos Estados Unidos cresceu no quarto trimestre de 2015 mais do que o previsto pelo mercado. O Departamento de Comércio informou que o crescimento foi 0,4% superior ao 1% esperado e que o crescimento anual de 2015 foi de 2,4%.

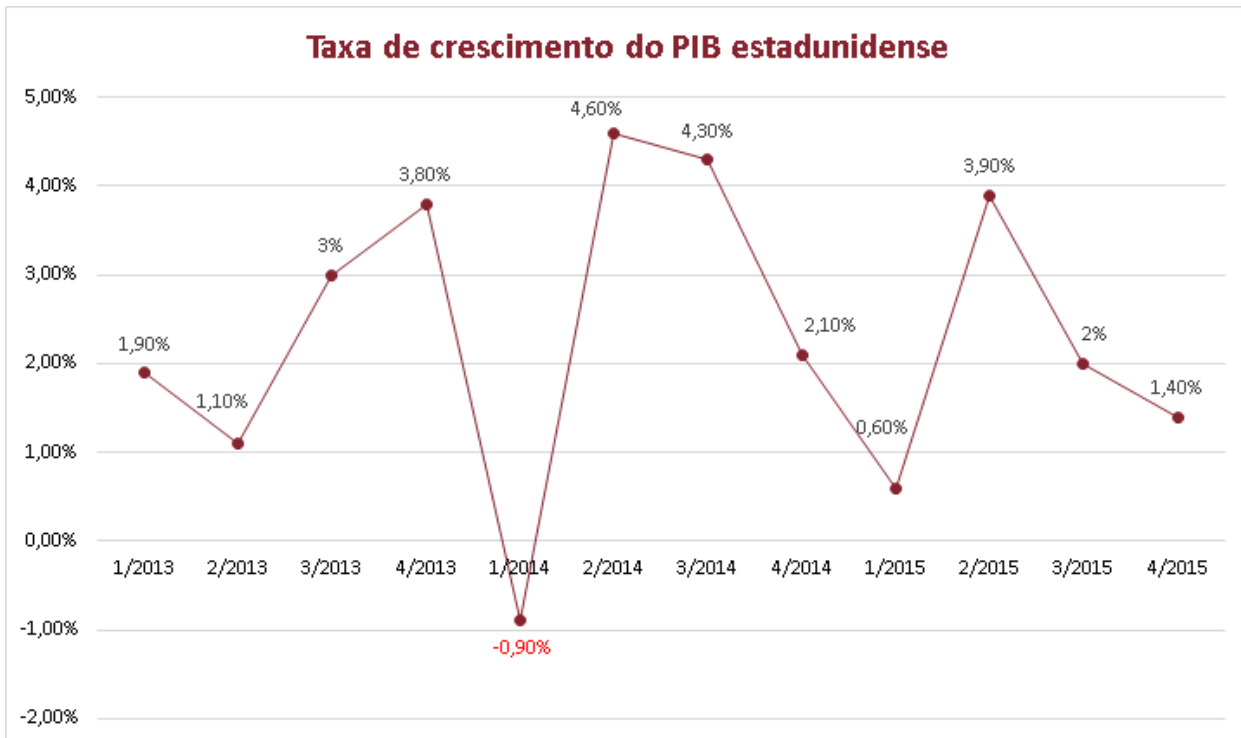
Entretanto, o crescimento apresentado no quarto trimestre do ano ficou abaixo do período anterior (2%). Enquanto que o consumo interno cresceu 2,4%, a fraca demanda externa levou a uma redução de 0,14% sobre as exportações líquidas.

No encontro mais recente do *Fomc*, realizado nos dias 15 e 16 de março, a ata da reunião ressaltou que, embora os gastos das famílias, o nível da atividade econômica, a geração de empregos e o setor imobiliário tenham expandido, os mesmos cresceram em um ritmo aquém do esperado.

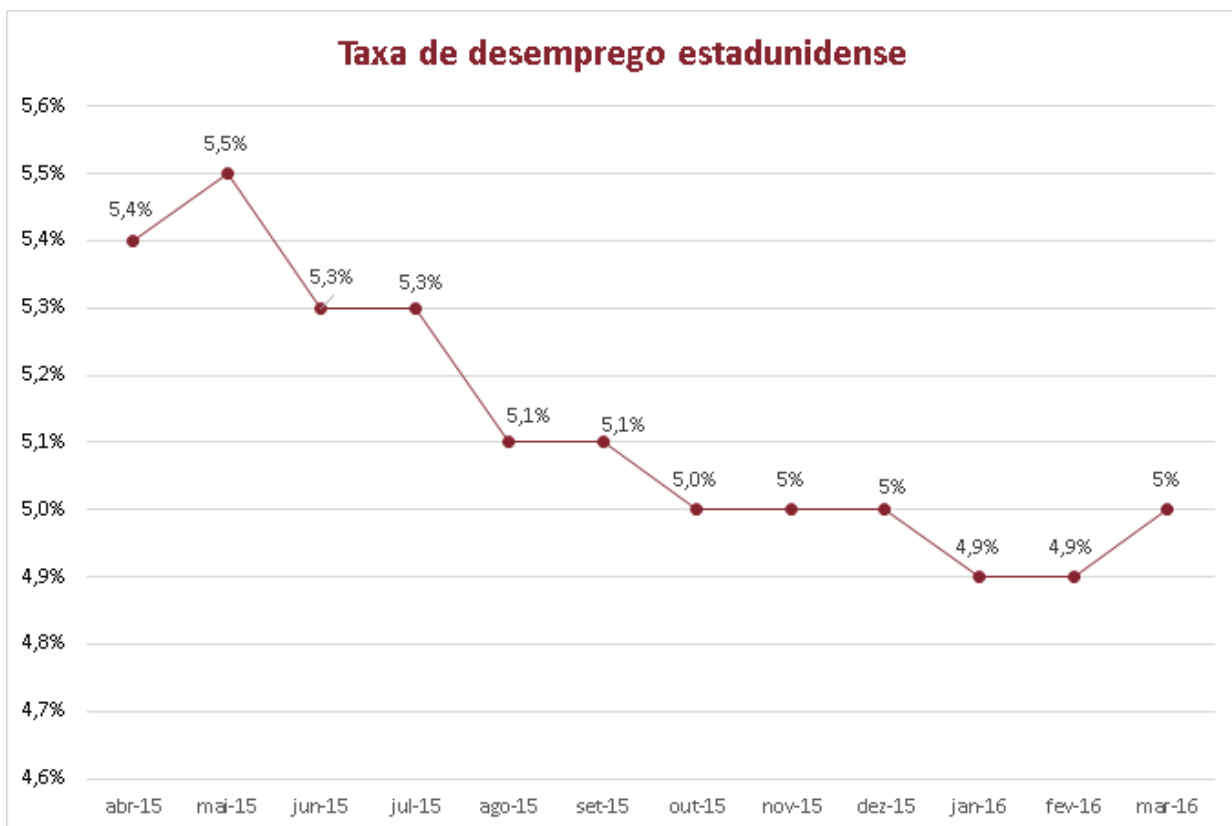
A redução da estimativa da inflação de 1,6% para 1,2% confirmou que, no curto prazo, o excesso da oferta de petróleo continuará puxando para baixo o preço da energia. Ainda assim, o Fed enxerga a derrocada dos preços das *commodities* como algo passageiro e, por isso, entende que a convergência do nível de preços de bens e serviços para a sua meta de 2% ocorrerá em 2017.

A mudança para uma estratégia mais cautelosa e gradual com a decisão do mantimento da taxa de juros entre 0,25% e 0,5% foi refletida nas estimativas das taxas de juros de longo prazo, que passaram de 3,5% para 3,3%. Desta forma, o Fed continua a sinalizar que a recuperação da economia americana para os próximos meses se manterá fraca, mas gradual, e que as volatilidades recentes no mercado global devem primeiro melhorar para, então, haver incrementos na taxa de juros básica dos Estados Unidos.

CENÁRIO INTERNACIONAL

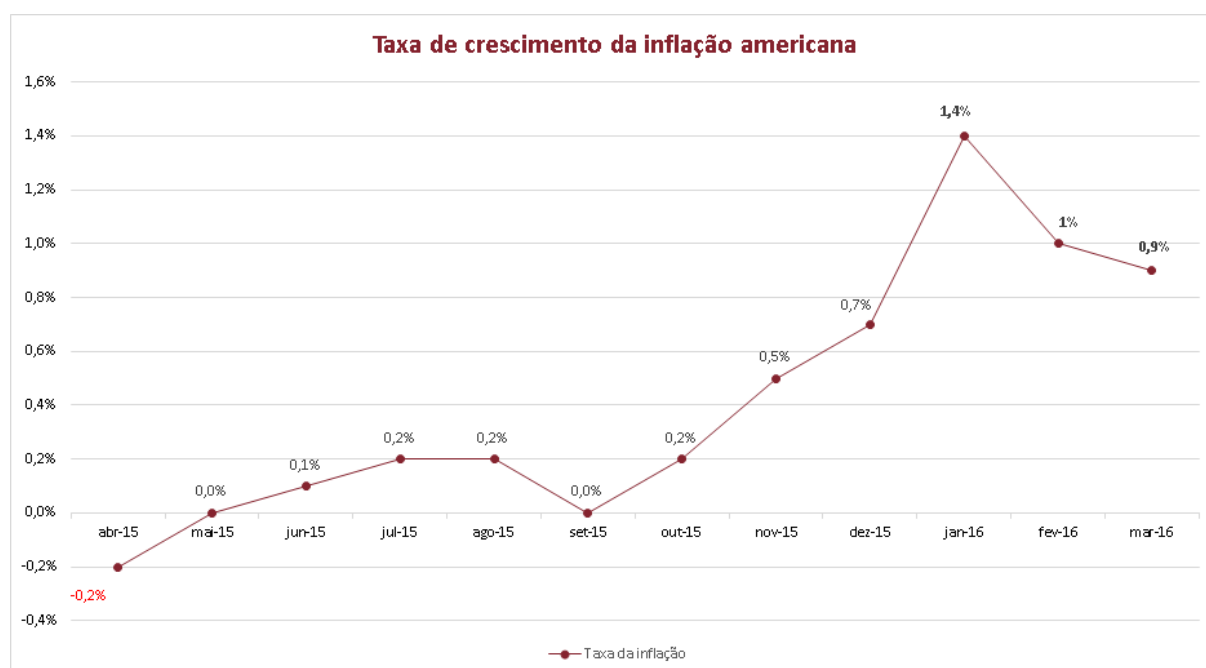


FONTE: Official Bureau of Economic Analysis.



FONTE: Official Bureau of Economic Analysis.

CENÁRIO INTERNACIONAL



FONTE: Official Bureau of Economic Analysis.

• China

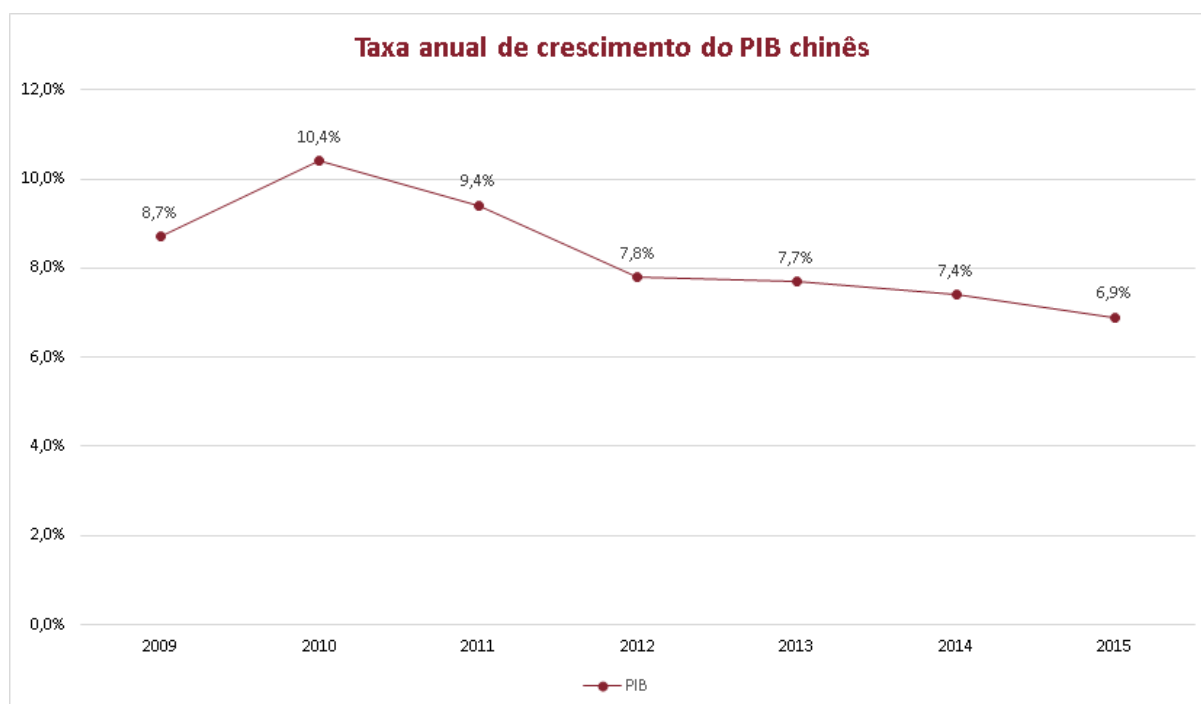
O começo do ano começou turbulento para a economia chinesa. Logo no primeiro pregão do ano da Bolsa de Xanghai foi necessária uma interrupção das negociações (mecanismo de *circuit breaker*) para evitar uma derrocada mais forte das suas bolsas e, conseqüentemente, do resto do mundo.

Na época, a divulgação da taxa de crescimento do PIB chinês abaixo do esperado pelas autoridades chinesas e mercados mundiais levantou dúvidas se a China realmente seria capaz de administrar uma “*soft landing*” (termo utilizado em economia que descreve as ações de incentivo tomadas por um determinado governo para administrar a velocidade de uma desaceleração econômica de tal modo que esta não seja abrupta e não induza a uma depressão).

Ainda que seja fortemente acompanhada pelas autoridades, o ritmo de desaceleração da economia chinesa traz incertezas para o mercado como um todo. Desde meados de 2011, quando o PIB chinês passou de 10,4% em 2010 para 9,4% no ano seguinte, o crescimento foi ano após ano sempre inferior ao momento anterior.

A redução da perspectiva da dívida chinesa em março de “estável” para “negativa” pela agência de classificação *Moody's* dias antes da divulgação do 13º Plano Quinquenal foi um alerta da magnitude das preocupações do mercado. Para a agência, a nota da dívida só não foi rebaixada do atual “Aa3” porque o nível de reservas cambiais ainda está alto e oferece margem para o governo chinês continuar implementando suas medidas de incentivo aos investimentos. Ainda assim, é válido ressaltar que, apenas nos últimos 18 meses, a China já perdeu das cerca de US\$ 762 bilhões das suas reservas cambiais.

CENÁRIO INTERNACIONAL



FONTE: National Bureau of Statistics of China.

• Europa

A deflação e o fraco crescimento apresentado no primeiro trimestre do ano continuarão a ser os maiores desafios da região ao longo do ano.

O crescimento de apenas 0,4% da economia do Reino Unido no primeiro trimestre do ano mostra que mesmo as economias centrais do bloco vem enfrentando dificuldades para incentivar o crescimento sustentável em um momento de baixa dos preços das *commodities*.

Com a esperada oscilação e tendência de baixa do preço do petróleo para o médio prazo, o custo de vida continuará caindo e, por isso, espera-se que o consumo seja o carro-chefe do estimado crescimento de 1,7% ao fim do ano na zona do euro.

Ainda que os dados pertinentes ao primeiro trimestre do ano não tenham sido divulgados pela *Eurostat* (autoridade estatística da União Europeia), alguns outros indicadores sinalizam que a Europa continua a avançar lentamente.

O primeiro trimestre do ano na zona do euro obteve 54 pontos no Índice de Gerentes de Compras ou PMI (sigla em inglês para *Purchasing Managers' Index*). O resultado foi superior aos 53,3 pontos esperados e pode ser entendido como expansão da atividade produtiva para qualquer valor acima dos 50 pontos.

A produção industrial da zona do euro teve em janeiro deste ano uma taxa de crescimento de 2,1%. O resultado foi o mais alto dos últimos seis anos e acima das expectativas de 1,7%. Dentre os 19 membros, a surpresa ficou com a Irlanda que, sozinha, obteve crescimento mensal de 12,7%.

CENÁRIO INTERNACIONAL

Do ponto de vista fiscal, tanto o déficit público como a dívida pública diminuíram em termos relativos quando comparados os anos de 2015 e 2014. Na zona do euro, o déficit público em relação ao PIB passou de 2,6% em 2014 para 2,1% em 2015; na União Europeia, o valor passou de 3% para 2,4%. Já a relação dívida pública/PIB passou de 92% para 90,7% na zona do euro, enquanto que, na União Europeia, foi de 86,8% para 85,2%.

Ainda assim, é importante ressaltar que as diferenças entre as qualidades das dívidas públicas dos países membros da União Europeia são significativas e, dependendo do país analisado, muito deve ser feito no âmbito fiscal.

Para os próximos meses, é esperado que as atenções comecem a se voltar mais enfaticamente para o Reino Unido. O anúncio do referendo feito pelo primeiro-ministro britânico David Cameron já começou a gerar acirrados debates sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia.

Previsto para ocorrer em 23 de junho, a incerteza causada no bloco foi imediata e deve ser cada vez mais agravada a medida em que a data se aproxime. O ambiente de indecisão política pode levar a uma postergação dos investimentos..

Dívida pública na União Europeia					
País	%PIB		País	%PIB	
	2014	2015		2014	2015
Zona do euro	92,00%	90,70%	Alemanha	74,70%	71,20%
União Europeia	86,80%	85,20%	Países Baixos	68,20%	65,10%
Grécia	180,00%	176,90%	Malta	67,10%	63,90%
Itália	132,50%	132,70%	Finlândia	59,30%	63,10%
Portugal	130,20%	129,00%	Eslováquia	53,90%	52,90%
Ciprus	108,20%	108,90%	Polônia	50,50%	51,30%
Bélgica	106,50%	106,00%	Suécia	44,80%	43,40%
Espanha	99,30%	99,20%	Lituânia	40,70%	42,70%
França	95,40%	95,80%	República Tcheca	42,70%	41,10%
Irlanda	107,50%	93,80%	Dinamarca	44,80%	40,20%
Reino Unido	88,20%	89,20%	Romênia	39,80%	38,40%
Croácia	86,50%	86,70%	Letônia	40,80%	36,40%
Áustria	84,30%	86,20%	Bulgária	27,00%	26,70%
Eslovênia	81,00%	83,20%	Luxemburgo	22,90%	21,40%
Hungria	76,20%	75,30%	Estônia	10,40%	9,70%

FONTE: Eurostat.

CENÁRIO NACIONAL

A análise dos principais indicadores econômicos no primeiro trimestre do ano comprova que a crise brasileira não apresenta indícios de melhoras no curto e médio prazo. A piora do nível de emprego, a redução do consumo, a derrocada do investimento, a inflação ainda fora da meta e a alta volatilidade do dólar são apenas alguns indicadores da gravidade do atual cenário brasileiro.

Sob o aspecto da política fiscal, a situação foi agravada devido a queda da arrecadação. O envio de uma nova proposta ao Congresso para alterar a meta do superávit primário no início do mês apenas ratificou o pessimismo do momento.

Sem surpresas, a expectativa de contração do produto interno bruto para o ano de 2016 já chega aos 3,66% (relatório Focus de 22 de março) e a inflação, embora apresentando taxas de crescimento decrescentes, deve se manter fora da meta até meados de 2017.

O dólar, embora volátil, deve continuar a ser monitorado pelo Banco Central e, para toda vez que a sua desvalorização for superior ao desejado pela instituição, a utilização de *swaps* cambiais reverterá tentará frear o movimento de queda da divisa.

Externamente, as *commodities* continuarão a ser a grande preocupação e o movimento de oscilação tenderá a prosseguir até o momento em que haja uma alteração na política de oferta do petróleo. Em relação aos minérios, o mundo continua de olho na economia chinesa.

• **Balança comercial**

O mês de março se mostrou favorável para o comércio brasileiro, que registrou o melhor resultado já obtido para o mês desde o início da série histórica, em 1989.

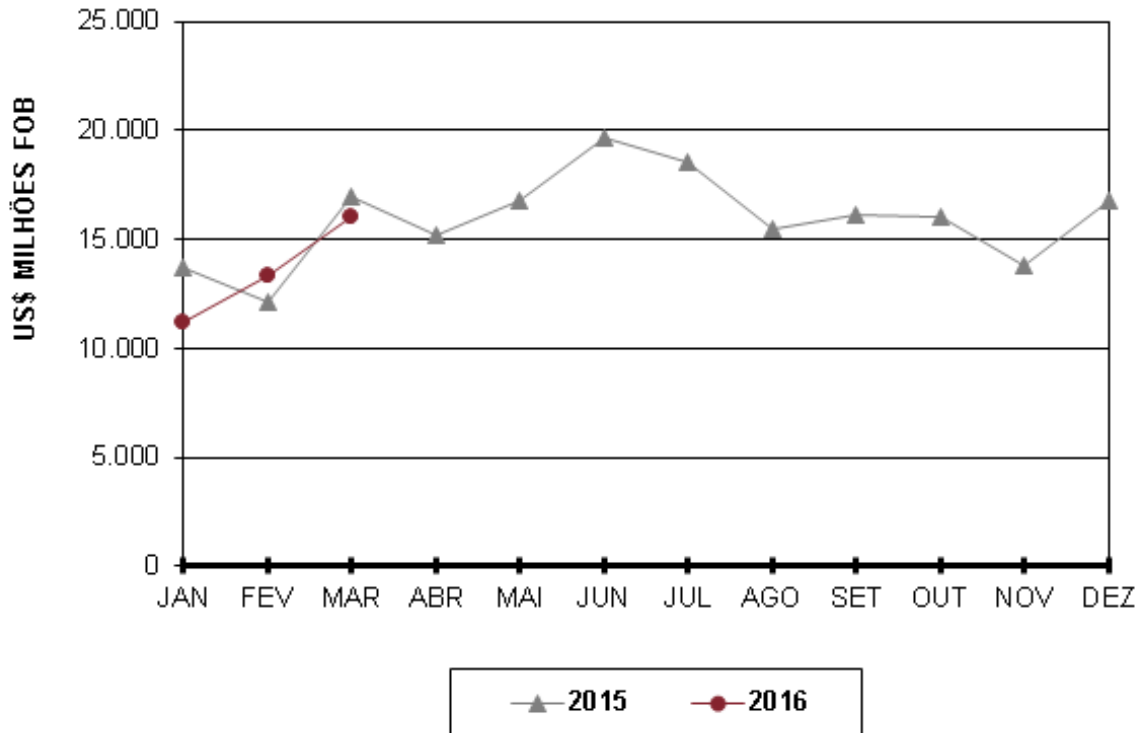
A balança comercial (saldo de tudo que é exportado menos tudo o que é importado) terminou o mês com um resultado positivo de US\$ 4.434.981.725,00. O valor foi superior aos US\$ 3.036.870.531,00 apresentados em fevereiro. Desta maneira, o saldo acumulado do ano fica superavitário em US\$ 8.387.585.289,00, ante um déficit de 5.549.441.335,00 no mesmo período do ano passado.

Ainda assim, tanto as exportações como as importações continuam a apresentar taxas de crescimento mais fracas. Comparada ao trimestre do ano passado, as exportações estão 5,80% menores e as importações 30,02%. Quando considerado o acumulado do ano, as reduções são de 5,15% e 33,40%, respectivamente.

As exportações só não foram maiores porque a queda dos preços médios (-17,4%) superou o aumento das quantidades (15,7%). Para as importações, tanto os preços como as quantidades sofreram quedas. No mês, as importações de combustíveis e lubrificantes, bens de consumo, bens intermediários e bens de capital decresceram 40,8%, 31%, 28,3% e 26,8%, respectivamente.

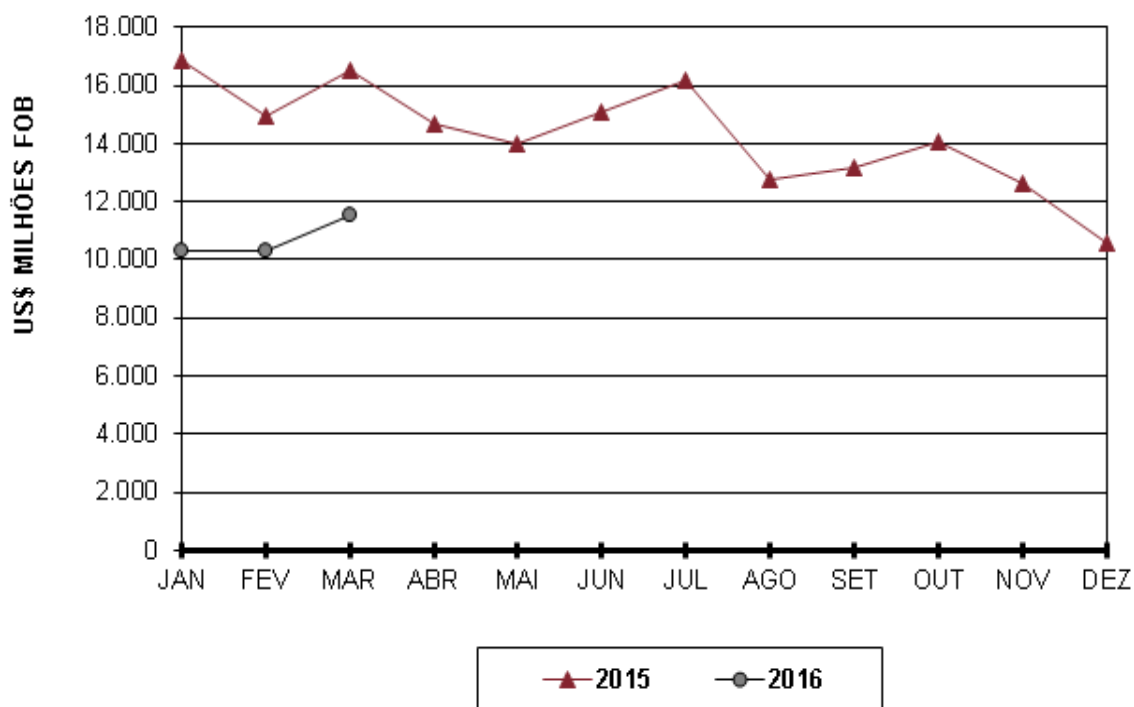
CENÁRIO NACIONAL

Exportação brasileira - 2015/2016



FONTE: Ministério do Desenvolvimento. Secretaria de Comércio Exterior.

Importação brasileira - 2015/2016



FONTE: Ministério do Desenvolvimento. Secretaria de Comércio Exterior.

CENÁRIO NACIONAL

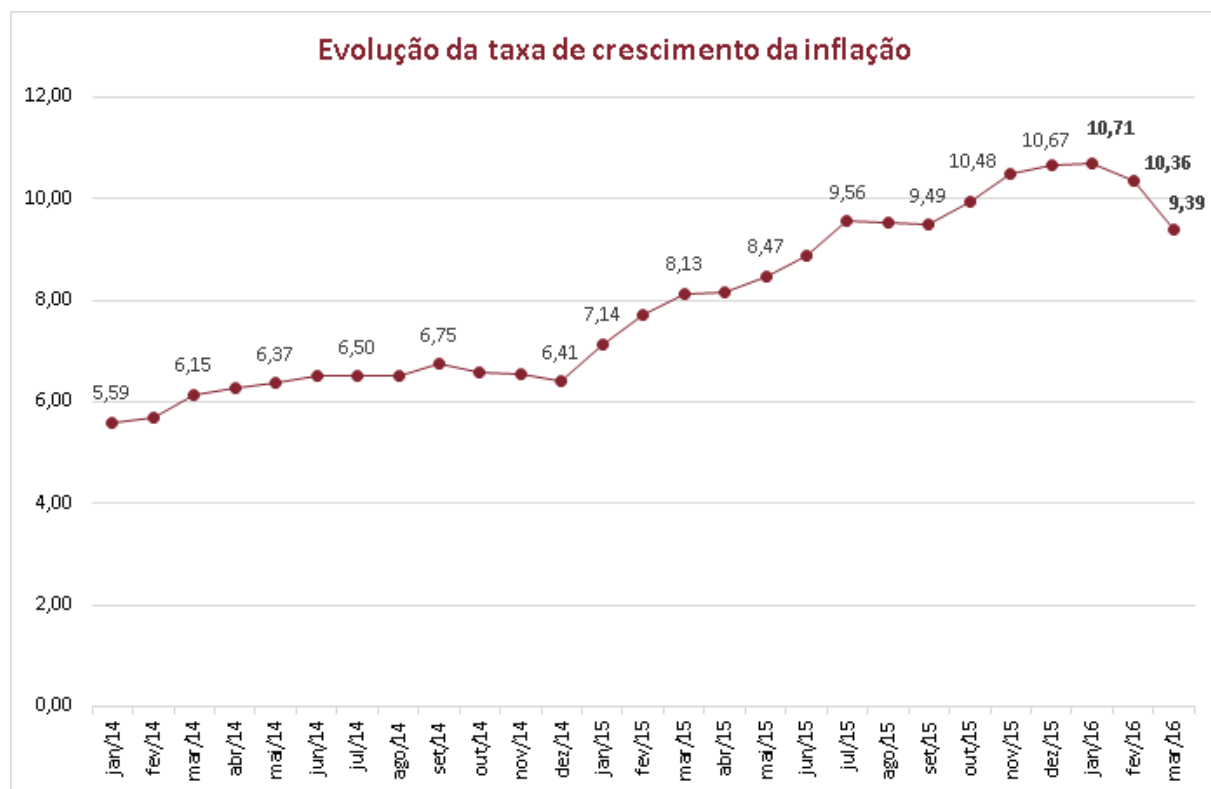
• IPCA

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) de março teve um avanço de 0,43%, levando o acumulado dos últimos 12 meses de 10,36% para 9,39%. Até o momento, o avanço do acumulado do ano é de 2,62%, ante 3,83% na mesma época do ano anterior.

Ainda que a taxa de crescimento apresentada neste mês tenha sido menos que a metade dos 0,90% de fevereiro, a inflação se mantém fora da meta do Banco Central (4,5%).

A queda na aceleração de bens e serviços continua a ser entendida como resultado do agravamento da situação da economia brasileira - e não como uma retomada sustentável das variáveis econômicas. O aumento do desemprego, que atingiu 9,5% da população brasileiro (cerca de 9,6 milhões de pessoas) agrava a queda do consumo e leva ao enfraquecimento da demanda. Este movimento, então, é que leva a uma redução dos preços. Para os próximos meses, é esperado esta espiral decrescente da economia continue a ocorrer.

O item que mais influenciou o avanço de 0,43% da inflação neste mês de março foi o grupo “Alimentação e Bebidas”. Sozinho, ele corresponde a 25,52% de todo o IPCA, pois tem um maior peso no orçamento das famílias. Com uma variação de 1,24% ele foi responsável por 0,32 pontos percentuais de todo o IPCA no mês. Já os itens “Habitação” e “Comunicação” foram os únicos grupos que apresentaram desaceleração neste mês (-064% e 1,65%, respectivamente).



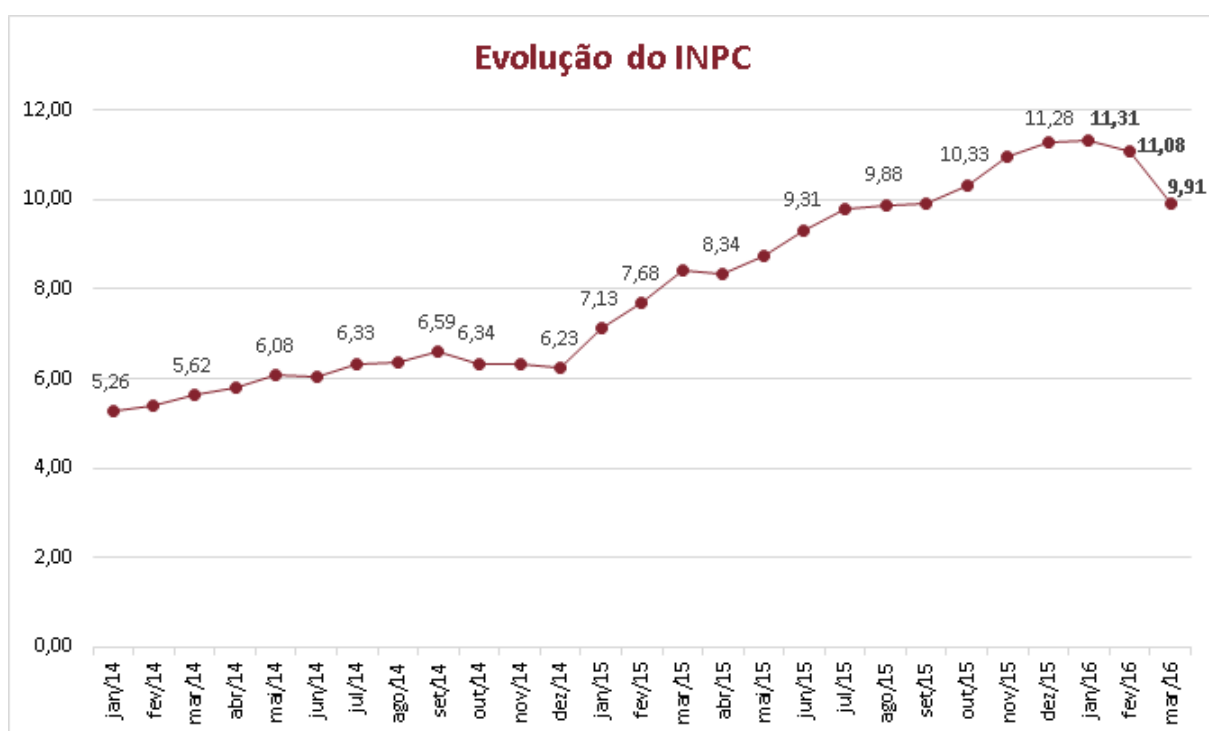
FONTE: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços.

CENÁRIO NACIONAL

• INPC

Em março, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) teve um aumento de 0,44%. Este resultado ficou abaixo do mês anterior (0,95%) e puxou para baixo o acumulado dos últimos 12 meses de 11,08% em janeiro para 9,91%.

Assim como em fevereiro, o item que mais contribuiu para este avanço foi alimentos, que avançou de 1,12%. Entretanto, o avanço dos preços dos alimentos foi inferior ao registrado no mês passado (1,19%).



FONTE: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços.

• SELIC

A reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) realizada entre os dias 01 e 02 de março confirmou a postura defensiva das autoridades monetárias brasileiras.

Nem mesmo a surpreendente redução da taxa de crescimento da inflação verificada em fevereiro (0,90%) frente a janeiro (1,90%) fez com que o Copom optasse por reduzir a taxa juros básica de juros. Argumentando que, por ora, os últimos acontecimentos internos e externos são demasiadamente incertos, a instituição optou pela manutenção da Selic em 14,25% a.a.

Externamente, os riscos e incertezas continuarão os mesmos: prudência das autoridades monetárias de economias maduras, crescimento abaixo do potencial em países desenvolvidos, revisão para baixo do PIB de países emergentes, oscilações dos

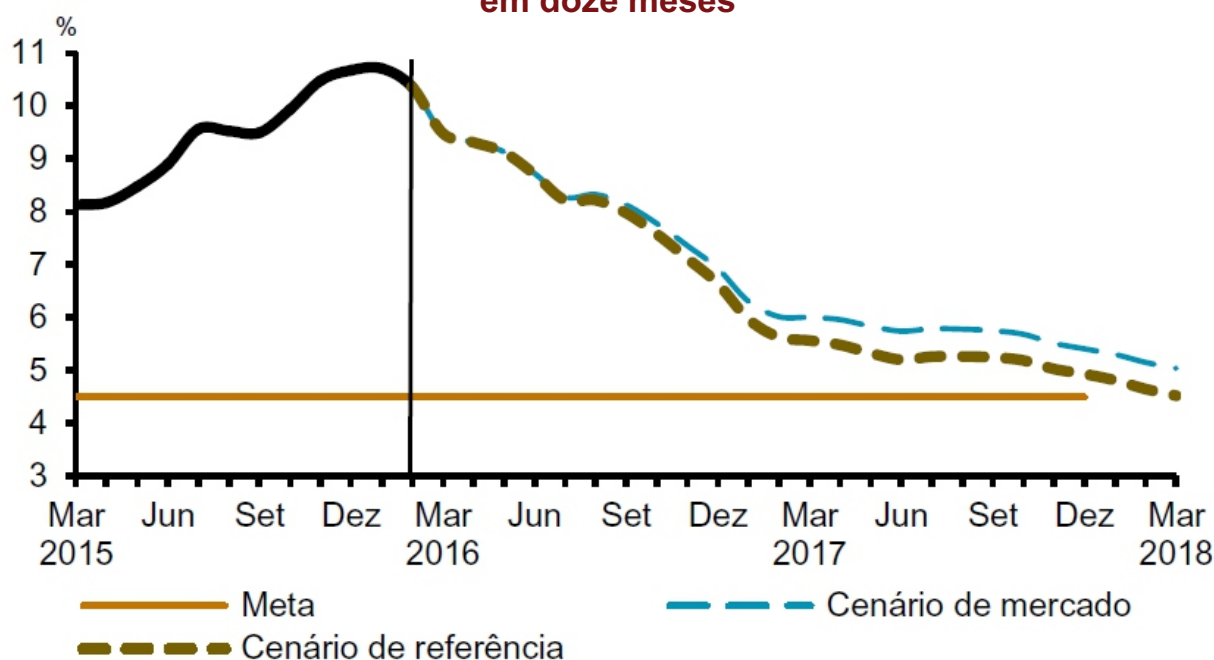
CENÁRIO NACIONAL

preços das *commodities* e indefinição acerca da estratégia utilizada pelos países produtores de petróleo.

Conforme verificado pela ata do encontro, o elevado patamar da inflação foi “reflexo dos processos de reajustes de preços relativos ocorridos em 2015, bem como do processo de recomposição de receitas tributárias observado nos níveis federal e estadual, no início deste ano”. Também, “acontecimentos não econômicos” e de caráter fiscal, indiretamente, podem prejudicar a convergência da meta da inflação para a sua meta de 4,5% a.a.

Ainda assim, o tom otimista da ata para com a convergência da inflação para sua meta no fim de 2017, deixou em aberto a possibilidade de que, já no segundo semestre do ano, alguma redução da taxa Selic ocorra.

Trajetória das metas e projeções referentes à inflação acumulada em doze meses



FONTE: Banco Central. Relatório Trimestral de Inflação.

• Câmbio

O movimento de desvalorização da moeda americana verificada ao longo de fevereiro e março foi, em parte, atenuado pela intervenção do Banco Central no fim do mês. A utilização do instrumento de *swap* cambial reverso depois de três anos deixou evidente que a instituição brasileira não permitirá que o dólar continue caindo mais que desejado pela instituição.

Os contratos de *swap* cambial tradicional foram realizados em todos os dias úteis do mês, com a exceção dos dias 28, 29, 30 e 31/3. Em 21, 22, 23, 24, 29, 30 e 31/3, o

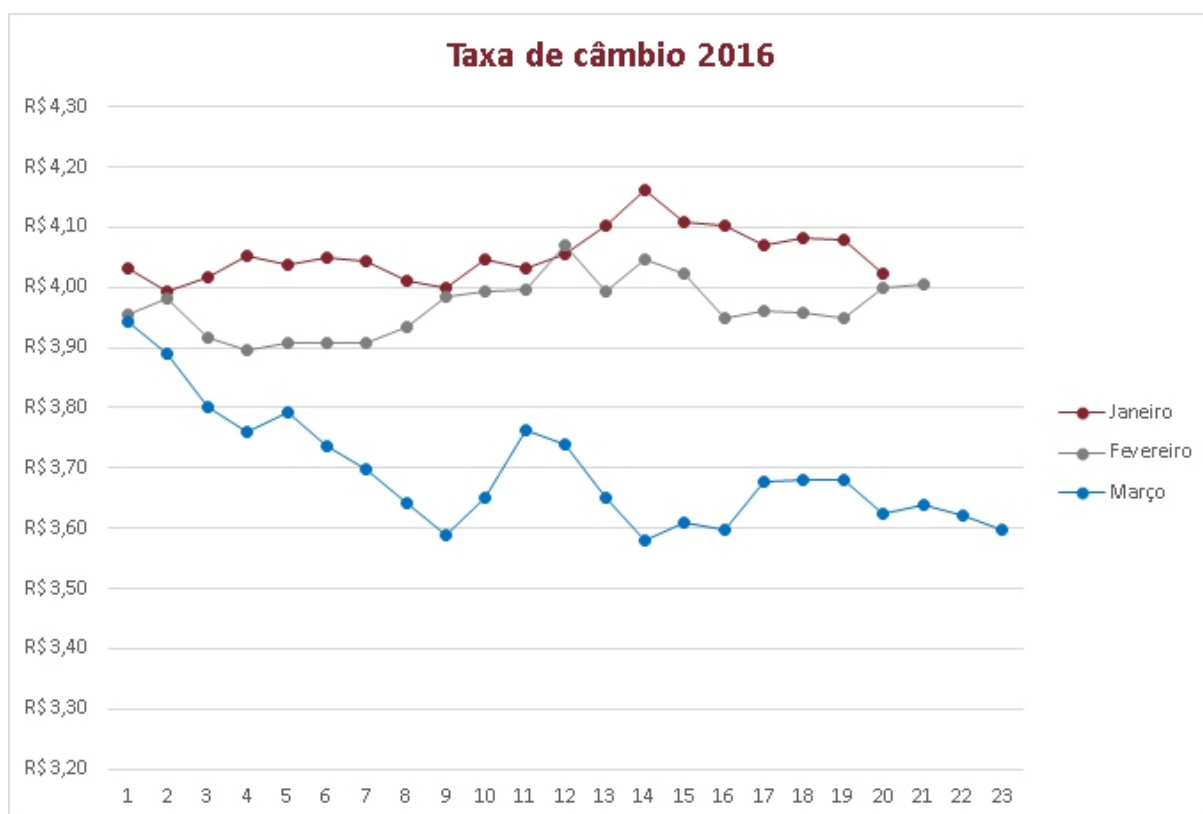
CENÁRIO NACIONAL

Banco Central efetuou leilões de *swap* cambial reverso, nos quais firmou 43.900 contratos de vencimento em 1/7/2016 e 14.020 contratos de vencimento em 3/10/2016.

Diferentemente do *instrumento swap* cambial tradicional que vende dólares no mercado de câmbio futuro para induzir um movimento de queda na moeda americana, a *swap* cambial reversa faz o movimento oposto de compra e, conseqüentemente, pressiona a divisa para cima.

Ainda assim, a moeda norte-americana finalizou o mês de março com uma desvalorização de 10,17%, maior queda mensal dos últimos 13 anos. Sob o ponto de vista das exportações, este comportamento do dólar mostra-se benéfico.

Para os próximos meses, a volatilidade da moeda americana, bem como a interferência do Banco Central, é esperada que se intensifique.



FONTE: Banco Central.

- **PIB**

O Índice de Atividade dos Gerentes (PMI) para o mês de março continuou indicando que o país enfrenta dificuldades para reaquecer a sua economia. O Índice de Atividade de Negócios *Markit* de março registrou 38,6 pontos, valor superior aos 36,9 pontos de fevereiro. Para o setor industrial, situação semelhante ocorreu e o Índice Consolidado de Preços de Produção obteve 40,8 pontos, ante 39 pontos do mês passado. Por ambos se situarem abaixo de 50 pontos, entende-se que a contração da economia

CENÁRIO NACIONAL

persiste.

O movimento de retração do PIB continua a induzir uma deterioração do nível de emprego. A taxa de desocupação no trimestre móvel encerrado em março de 2016 foi de 10,9% (aproximadamente 11,1 milhões de pessoas). No mesmo período do ano passado houve um aumento de 39,8% - algo em torno 3,2 milhões de pessoas.

A divulgação do resultado do produto interno bruto de 2015 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no início do março, portanto, não foi uma surpresa e apenas formalizou o mal momento da economia brasileira.

A retração de 3,8% verificada no PIB do ano passado refletiu o encolhimento de praticamente todos os setores. A exceção ficou com agropecuária, que, sozinha, cresceu 1,8%. No caso de formação bruta de capital fixo, ou seja, bens de capital (investimentos), a queda foi de 14,1%; no geral, indústria e serviço retraíram 6,2% e 2,7%, respectivamente.

Em particular para o setor industrial, o único ramo da atividade que cresceu foi o extrativo mineral (4,9%). Produção e distribuição de eletricidade, gás e água caíram 1,4%; construção civil, -7,6% e indústria de transformação, -9,7%.

Em valores correntes, o PIB brasileiro alcançou R\$ 5,9 trilhões puxando, assim, o PIB per capita para R\$ 28.876 mil – valor 4,6% menor quando comparado ao ano de 2014.

A taxa de investimento no ano de 2015 foi de 18,2% do PIB, também abaixo do observado no ano anterior (20,2%). A taxa de poupança foi de 14,4% em 2015 (ante 16,2% no ano anterior).

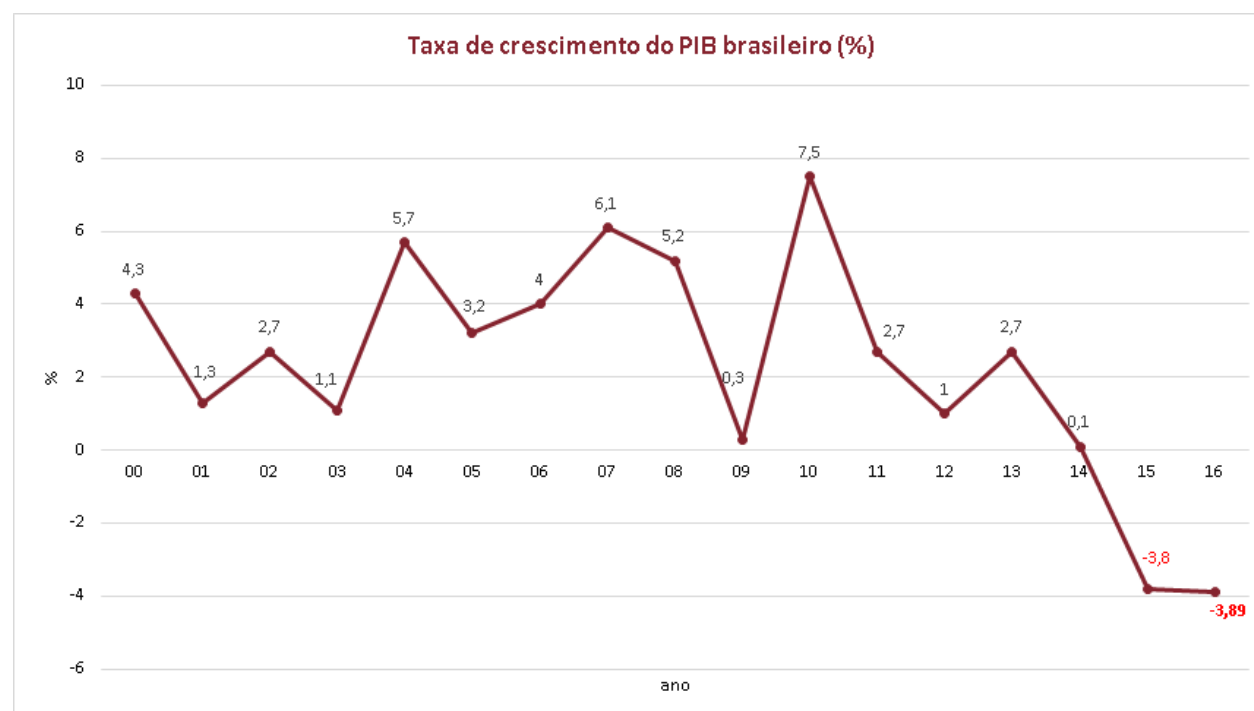
Usado como um sinalizador do PIB, o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) do Banco Central apresentou uma queda de 0,29% em fevereiro deste ano e o seu resultado prevê o aprofundamento da recessão para o período de 2016.

Visto isto, não é surpresa que o produto interno bruto brasileiro continue a contrair. De acordo com o último relatório Focus do mês de março, é esperado uma retração de 3,66% no fim de 2016.

CENÁRIO NACIONAL

PERÍODO DE COMPARAÇÃO	INDICADORES						
	PIB	AGROPEC	INDUS	SERV	FBCF	CONS. FAM	CONS. GOV
Trimestre / trimestre imediatamente anterior (c/ ajuste sazonal)	-1,40%	2,90%	-1,40%	-1,40%	-4,90%	-1,30%	-2,90%
Acumulado no ano / mesmo período do ano anterior (s/ ajuste sazonal)	-3,80%	1,80%	-6,20%	-2,70%	-14,10%	-4,00%	-1,00%
Valores correntes no trimestre (R\$)	1.531,6 bilhões	49,2 bilhões	295,2 bilhões	969,2 bilhões	256,8 bilhões	976,8 bilhões	342,8 bilhões
Valores correntes no ano de 2015 (R\$)	5.904,3 bilhões	263,6 bilhões	1.149,4 bilhões	3.642,3 bilhões	1.072,5 bilhões	3.741,9 bilhões	1.192,4 bilhões

FONTE: IBGE.



FONTE: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

CENÁRIO NACIONAL

• Contas públicas

Sob o ponto de vista fiscal, a dificuldade de organizar as contas públicas continuará a ser o grande entrave brasileiro para os próximos meses.

A arrecadação continua a declinar e, no mês de março, houve uma queda real de 6,96% das receitas do governo quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O resultado significou o pior resultado desde 2000 e totalizou R\$ 95,8 bilhões.

No acumulado do primeiro trimestre, a arrecadação chegou a R\$ 313,014 bilhões, valor 8,19% inferior frente ao mesmo período do ano passado.

A nova proposta de déficit primário anunciada no fim de março para o ano de 2016 refletiu a dificuldade de um governo que enfrenta sérias dificuldades para organizar um plano eficiente de contenção dos gastos em um cenário de recessão econômica e queda da arrecadação.

Se aprovada pelo Congresso Nacional, a nova meta permitirá um rombo de R\$ 96,7 bilhões de déficit e um abatimento de até R\$ 120 bilhões no cálculo da meta. Entretanto, devido a fatores não-econômicos, é provável que a proposta para a alteração da meta do superávit fiscal não seja nem mesmo votado pelo Congresso e que a situação fiscal no país continue a se deteriorar.

Desempenho da arrecadação das receitas federais Período: Janeiro a março - 2016/2015

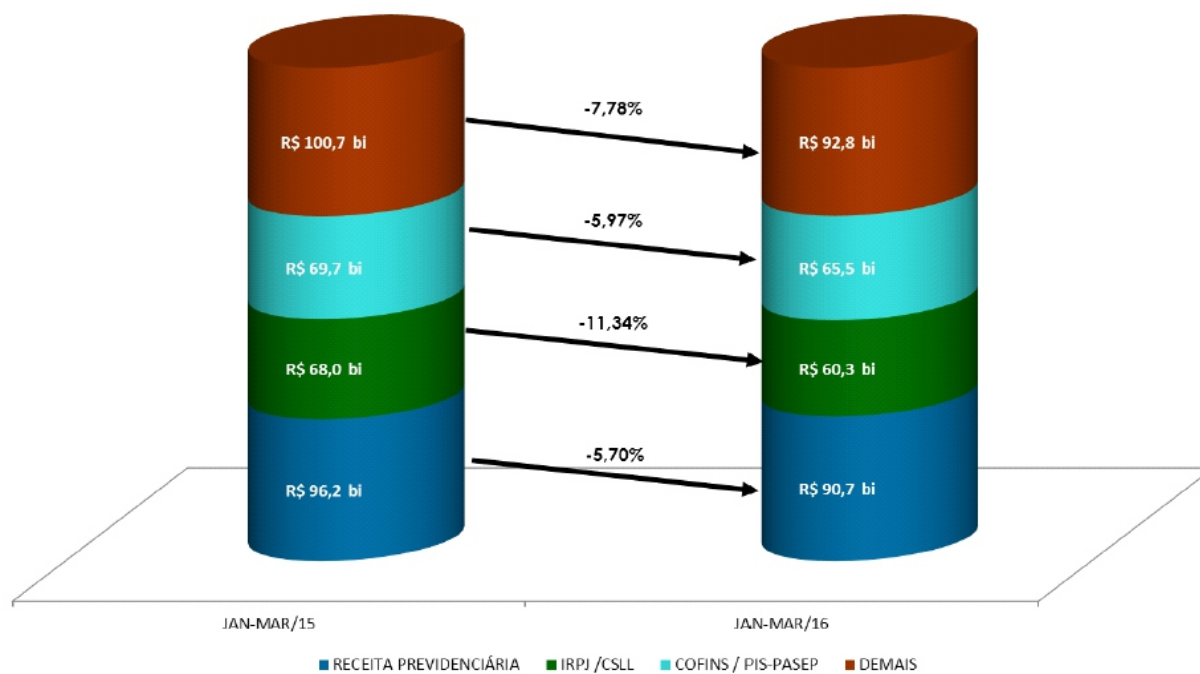
Unidade: R\$ milhões

Mês	ARRECADAÇÃO (preços correntes)		VARIAÇÃO		
	Jan-Mar/16 [A]	Jan-Mar/15 [B]	Nominal [A]/[B]	Real (IPCA) [A]/[B]	
				Mês	Acumulado
Jan	129.385,00	125.282,00	3,28	-6,71	-6,71
Fev	87.851,00	89.982,00	-2,37	-11,53	-8,71
Mar	95.779,00	94.112,00	1,77	-6,96	-8,19
TOTAL	313.014,00	309.376,00	1,18	-	-8,19

FONTE: Receita Federal.

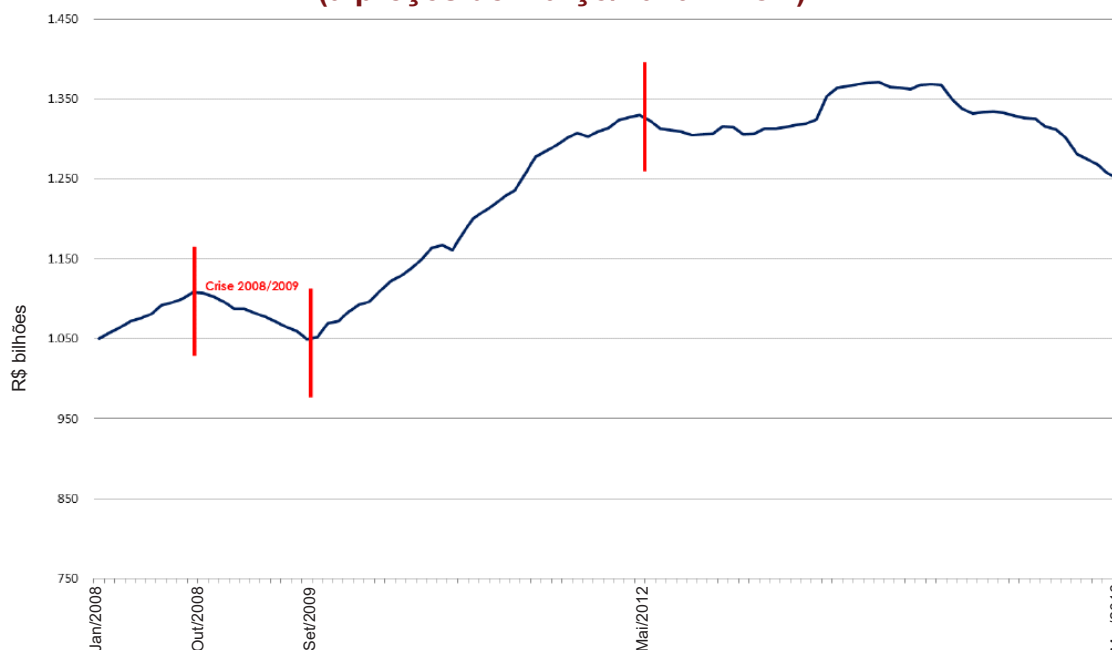
CENÁRIO NACIONAL

Arrecadação das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil
Período: janeiro a março 2016/2015
(a preços de março/216 - IPCA)



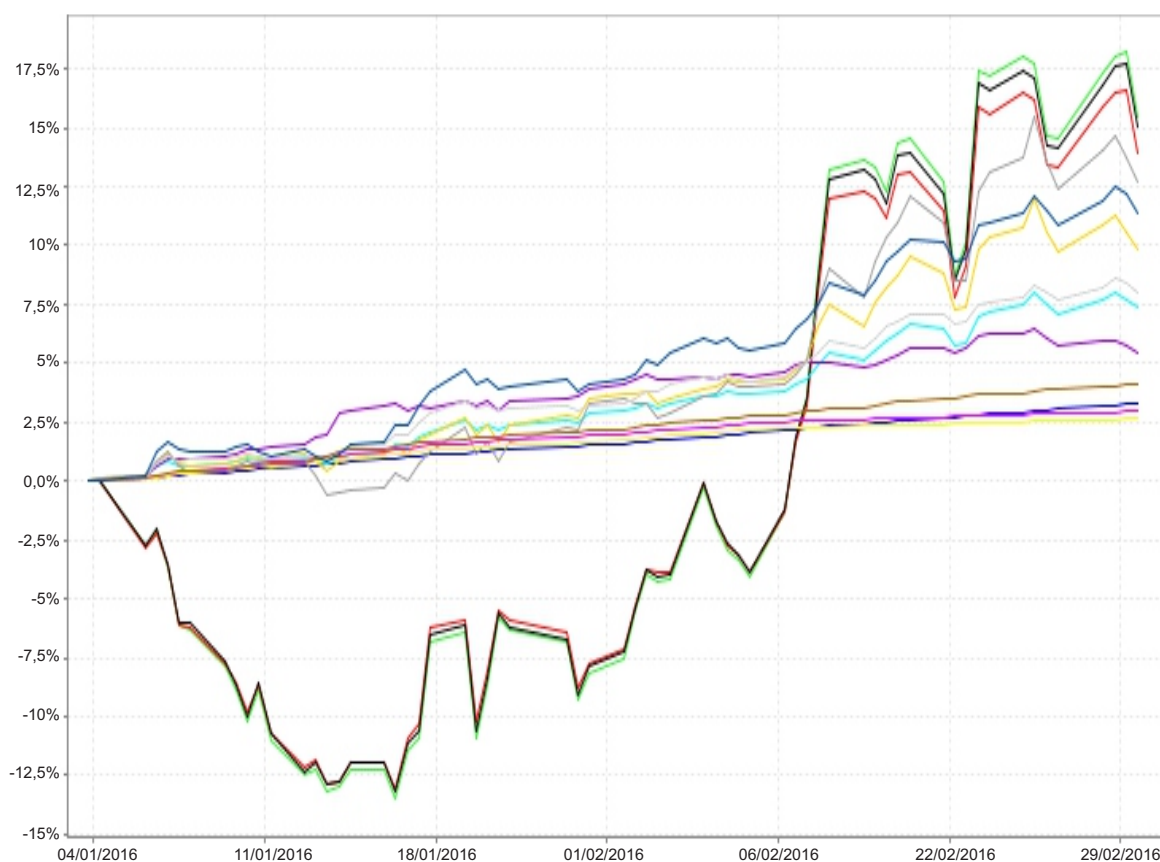
FONTE: Receita Federal.

Desempenho da arrecadação das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil acumuladas em 12 meses
Período: janeiro de 2008 a março de março de 2016
(a preços de março/2016 - IPCA)



FONTE: Receita Federal.

EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES - Fevereiro/2016



FONTE: Quantum Axis.

Retorno acumulado - 31/12/2015 até 31/03/2016 (diária)			
	Ativo	Retorno	Retorno YTD*
	CDI	3,31%	4,45%
	Ibovespa	15,47%	20,56%
	IBX	13,92%	18,62%
	IBX-50	15,03%	19,59%
	IMA Geral	7,35%	10,39%
	IMA-B	9,83%	13,93%
	IMA-B 5	5,43%	6,98%
	IMA-B 5+	12,70%	18,44%
	INPC	2,97%	3,58%
	IPCA	2,67%	3,21%
	IRF-M	8,01%	11,65%
	IRF-M 1	4,10%	5,24%
	IRF-M 1+	11,37%	16,54%

TENDÊNCIAS PARA 2016

O comportamento observado nos índices de renda variável acompanhou o cenário econômico e político brasileiro. Após meses de incertezas, a situação política começa a demonstrar sinais de mudanças e a confiança dos investidores foi verificada na recuperação dos índices de renda variável. Entretanto, por ainda serem recentes e apenas apostas, o comportamento de tais índices continuará altamente volátil até que ocorra uma definição.

A aceleração do dólar, ainda apreciado e altamente volátil, começa a perder intensidade. Entretanto, o endividamento das empresas nacionais continua elevado e a deterioração dos balanços das principais empresas nacionais levará tempo para ser revertida. Sob o aspecto econômico, pouco foi feito e a situação fiscal continua a se deteriorar. Externamente, as oscilações dos preços das *commodities* e a oferta excessiva de petróleo seguem sem definição. Juntos, todos estes fatores influenciarão a alta volatilidade da Bolsa de Valores para os próximos meses.

As opções de renda fixa atreladas à inflação e de fundos que possuem exposição a outros riscos, tal como o risco de crédito, podem oferecer estratégias aos investidores por justamente permitirem uma defesa prévia às incertezas do mercado. Neste contexto, enquadrariam-se os FIDCs e os fundos de crédito privado, desde que feita uma análise bem detalhada dos mesmos de acordo com as suas Políticas de Investimentos (PI) e a atual Resolução 3922.

Em relação aos índices de renda fixa, todos eles apresentaram rendimentos positivos no trimestre. Os títulos públicos com vencimentos superiores a um ano, em particular, demonstram uma remuneração acima da média.

Considerando os fatos analisados ao longo deste relatório é possível verificar, portanto, uma mudança no cenário político-econômico brasileiro nos próximos meses. Como resultado, a convergência para o já esperado nível mais baixo da taxa básica de juros, Selic, é prevista para ter início nos próximos encontros do Copom, sendo este um ponto de atenção aos investidores ao longo do ano.

Seja único, seja DMF.

